

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.636 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2003

Lula diz a Paim que prioridade do governo é reforma tributária

Presidente em exercício do Senado afirma que mudanças na Previdência e na área trabalhista "fluirão melhor" depois que estiverem definidos os principais pontos das alterações no sistema de impostos do país



A reforma tributária é o principal ponto de interesse do governo, conforme disse ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente em exercício do Senado, Paulo Paim. "Para Lula, essa é a reforma principal, que vai trazer equilíbrio entre os Poderes da República e a sociedade", afirmou Paim, segundo o qual o presidente da República destacou também a importância das reformas previdenciária e trabalhista. Paim, que acompanhava a comitiva da 10ª Festa da Vindima em visita a Lula, defendeu ainda o arquivamento pelo Senado do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

PÁGINA 3

Paim foi à audiência com Lula acompanhando a comitiva que divulga a 10ª Festa da Vindima, a se realizar em Flores da Cunha (RS)

Heloísa Helena propõe debate ideológico sobre economia

PÁGINA 4



Heloísa pede cautela com reforma da Previdência



Aloizio Mercadante informa que ministro discutirá reforma da Previdência com senadores já no dia 18

Mercadante: presidente vai ouvir os senadores sobre políticas públicas

PÁGINA 2

Osmar discorda de subsídios a empresas de aviação

PÁGINA 4



Osmar Dias defende solução empresarial para o caso Varig

Governo quer ouvir senadores, diz Mercadante

Líder destaca interesse do presidente da República em recolher contribuições de parlamentares para formulação de políticas públicas. Primeiros encontros devem ser com os ministros da Previdência e das Relações Exteriores

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou ontem ter encaminhado correspondência aos senadores comunicando o interesse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que todos os ministros venham ao Senado e ao Congresso para expor suas metas e programas de trabalho. Segundo ele, o presidente da República quer recolher as contribuições dos senadores para a formulação das políticas públicas.

– Queremos governo transparente, participativo e muito atento ao Poder Legislativo, que é fundamental na construção dessas políticas – disse em entrevista coletiva em seu gabinete.

A intenção do presidente se torna prática já no próximo dia 18,



Roosevelt Pimentão

Aloizio Mercadante: "Queremos governo transparente e atento ao Legislativo"

quando está prevista uma reunião entre a bancada do governo no Senado e o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, para discutir a reforma previdenciária. No dia seguinte, a bancada se reúne com o chanceler Celso Amorim

para tratar da política externa. De acordo com Mercadante, o governo quer, posteriormente, fazer um debate público com Amorim no Plenário do Senado. A Casa, destacou o líder, é a instituição responsável pela política externa no

âmbito legislativo.

– O governo mudou a política externa do Brasil. Teve presença muito importante em buscar uma saída negociada, dentro da democracia, daquele grupo facilitador que não vai intervir na Venezuela, mas simplesmente buscar uma solução democrática e negociada para a crise que vinha se desenvolvendo – afirmou Mercadante.

O senador lembrou que o governo se empenhou muito na reconstituição do Mercosul, com Lula realizando sua primeira visita internacional à Argentina e, em seguida, uma cúpula entre os dois governos em Brasília. O compromisso Brasil-Argentina, segundo o senador, é "fundamental para a recomposição do Mercosul em todos os fóruns de negociação in-

ternacional, inclusive na discussão da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e da Organização Mundial do Comércio (OMC)".

O líder do governo salientou ainda que o governo está tomando todas as medidas preventivas em relação a um possível ataque dos Estados Unidos ao Iraque.

– Temos certeza de que essa discussão de política externa é de grande interesse do país e dos senadores. O presidente tem demonstrado uma grande projeção internacional, sua presença em Davos (cidade na Suíça, onde se realiza anualmente o Fórum Econômico Mundial) teve repercussão positiva e nós queremos um debate aprofundado sobre política externa.

Jurista propõe mobilização em defesa da imprensa oficial

A imprensa oficial deve mobilizar-se, na opinião do jurista Modesto Carvalho, para esclarecer os parlamentares sobre as suas funções institucionais, contrapondo-se ao trabalho de setores do próprio governo que seriam contrários à existência desses órgãos e defenderiam a supressão da sua fonte de receitas – a publicação de atos societários.

O alerta foi feito ontem pelo jurista durante reunião de representantes da imprensa oficial de 22 estados, da Imprensa Nacional e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado. O encontro destinou-se à discussão do tema "A publicidade oficial e o novo Código Civil" e foi promovido pela Associação Brasileira de Imprensa Oficial (Abio).

– Estamos num combate há muitos anos no sentido de defen-

der a própria existência das imprensas oficiais, que prestam um serviço público relevante, de publicar gratuitamente atos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário de maneira isenta e apolítica – afirmou.

Apresentado como o introdutor, no Brasil, da Lei das Sociedades Anônimas, o jurista acrescentou que essa função institucional tem um custo, subsidiado ou totalmente pago pela publicação de atos, especialmente das sociedades anônimas e, a partir do novo Código Civil, também das sociedades limitadas.

Ele disse ainda que dentro do próprio Estado, por meio, sobretudo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criou-se uma luta contra as imprensas oficiais sob a alegação de que é preciso reduzir o chamado custo Brasil.



Roque de Sá

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, participa do encontro com representantes de 22 estados

– A CVM, para cada modificação legal sobre questão societária, quer retirar a obrigatoriedade da publicação. O papel das publicações oficiais é insubstituível – frisou, lembrando que a publicação de atas, assembleias e balanços cria a presunção de conhecimento legal. Outra função fundamental, ressaltou, é a de certificação dos atos societários, pois a publicação é arquivada na junta comercial.

Carvalho apontou as principais inovações do Código Civil re-

lativas à imprensa oficial, como a exigência de publicação das convocações das assembleias dos cotistas das sociedades limitadas, o que, observou, irá gerar mais receita para as imprensas oficiais e também mais encargos.

O presidente da Abio, Sérgio Kobayashi, esclareceu que as novas normas do Código Civil garantem transparência aos atos das empresas, tornam mais pacíficas as negociações para dirimir conflitos entre sócios e ajudam o Poder Ju-

diciário. Com o novo código, segundo Kobayashi, o cidadão pode, por exemplo, saber quanto uma indústria farmacêutica envia de royalties para o exterior pela venda de determinado medicamento.

Participaram da reunião o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o diretor-executivo da Seep, Júlio Pedrosa; o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga; e o presidente da Junta Comercial do estado de São Paulo, Armando Rovai.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **José Sarney**
 1º Vice-Presidente: **Paulo Paim**
 2º Vice-Presidente: **Eduardo Siqueira Campos**
 1º Secretário: **Romeu Tuma**
 2º Secretário: **Alberto Silva**
 3º Secretário: **Heráclito Fortes**
 4º Secretário: **Sérgio Zambiasi**
 Suplentes de Secretário: **João Alberto Souza**
Serys Silhessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: **Agaciel da Silva Maia**
 Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carreiro Silva**
 Diretora do Jornal do Senado: **Maria da Conceição Lima Alves** (61) 311-3573
 Diretor da Agência Senado: **Antonio Caraballo** (61) 311-3327
 Editores: **Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade**
 Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva**
 Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino**
 Tratamento de Imagem: **Edmilson Figueiredo**
 Arte: **Cirilo Quartim**

Circulação e Atendimento ao leitor: **John Kennedy Gurgel** (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

**Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920**

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Paim: Lula dá prioridade à reforma tributária

Depois de encontro com o presidente da República, senador afirma que as reformas previdenciária e trabalhista são importantes, mas "fluirão melhor" depois que a questão dos tributos estiver definida

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, que fez ontem visita oficial ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que ele sinalizou, durante o encontro, o interesse maior do governo na realização da reforma tributária.

– Para Lula, essa é a reforma principal, que vai trazer equilíbrio entre os Poderes da República e a sociedade. Mas o presidente também destacou a importância das reformas da Previdência e do trabalho – afirmou o senador.

Segundo Paulo Paim, o encontro foi marcado por um diálogo fraternal sobre a conjuntura do país. Lula reafirmou seu otimismo em relação à economia e disse que o PT fará um grande governo, relatou o senador.



Conforme Paulo Paim, Lula sinalizou, no encontro, que o maior interesse é pela aprovação da reforma tributária

Na visita a Lula no Palácio do Planalto, Paim acompanhou uma comitiva que estava divulgando a 10ª Festa da Vindima. Na véspera,

Paim havia recebido a mesma comitiva em seu gabinete. A festa ocorre em Flores da Cunha (RS), entre 14 de fevereiro e 16 de mar-

ço, e comemora a colheita da uva, chamada vindima.

TRAMITAÇÃO

Na opinião de Paulo Paim, o exame das reformas no Congresso deve começar pela tributária, que considera como "a mãe de todas as reformas". Ele prevê que as reformas previdenciária e trabalhista fluirão melhor depois que os principais pontos da tributária estiverem definidos.

Paim lembrou que será no Congresso que essas reformas terão uma configuração definitiva. "Vamos receber as propostas do Executivo, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ouvir os vários segmentos da sociedade, mas será aqui, na Câmara dos Deputados e no Senado, que as reformas serão verdadeiramente

definidas e aprovadas", disse.

Para ele, a negociação das reformas não deve se prolongar demais. Observou, no entanto, que é bom evitar correria. "É preciso proceder com cautela, debatendo cada ponto, lembrando que o PT está ainda aprendendo a ser governo", afirmou.

HELOÍSA

Sobre o episódio da possível punição à senadora Heloísa Helena (PT-AL), por não ter comparecido à eleição da Mesa do Senado, Paim salientou que fará o papel de "algodão entre os cristais". Ele sabe que sua posição, contrária à punição, diverge da do presidente do PT, José Genoíno, e do chefe da Casa Civil, José Dirceu, mas acredita que, com negociação, se poderá chegar ao consenso.

Senador defende arquivamento da flexibilização da CLT

O arquivamento do projeto de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) apresentado pelo governo anterior e já aprovado na Câmara foi defendido ontem pelo presidente em exercício do Senado, Paulo Paim. Ele sugeriu a constituição de comissão mista especial do Congresso para elaborar novo texto.

– Vamos arquivar de uma vez por todas esse projeto que diz que acima do legislado está o negociado. Desse projeto, pelo qual a lei não vale nada, vale a vontade do mais forte, nada se aproveita – afirmou.

Paim informou que o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, está de acordo com sua iniciativa, e que pretende angariar as assinaturas de todos os líderes partidários no Senado para dar andamento à proposta de arquivamento em regime de urgência urgentíssima.

O senador defendeu a votação da proposta de reforma tributária antes de qualquer outra, mas reconheceu que a opinião do presidente do Senado, José Sarney, que dá prioridade à reforma política, "tem muito peso". Para Paim, depois da reforma tributária deveriam ser examinadas a da Previdência e as alterações na legislação trabalhista.

– Só poderemos fazer mudanças na CLT com compensações da distribuição de renda. Sem a elevação efetiva do salário mínimo e distribuição de renda, não vejo possibilidade de modificações – frisou.

Paim acha que a data-base do salário mínimo deveria voltar a ser 1º de maio, e não 1º de abril, e disse que continuará "perseguido" a meta do mínimo de 100 dólares.

SINDICALISTAS

Paulo Paim recebeu ontem, em visita de cortesia, representantes de 17 confederações nacionais de trabalhadores. Eles aproveitaram a oportunidade para apresentar suas reivindicações, todas elas consideradas procedentes por Paim.

Segundo o presidente, as principais preocupações apresentadas pelo grupo foram que os trabalhadores não tenham mais prejuízos no campo das aposentadorias além dos que tiveram até hoje; maior valorização do salário mínimo; e que o governo atue para aumentar o número de empregos, além de oferecer melhor atendimento nas áreas de saúde, educação, habitação.

– Fiquei muito feliz de receber os companheiros das confederações dos trabalhadores – disse Paim.

O senador informou ter assumido o compromisso de realizar um debate equilibrado na Casa, com espaço para que as categorias se manifestem sobre as reformas.

JUIZES

O presidente em exercício do Senado também recebeu ontem o presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, desembargador José Aquino Flores de Camargo, que lhe apresentou as preocupações da categoria em relação à reforma da

Previdência Social. Segundo Camargo, foi bem recebida pelo senador a posição dos juizes de "não aceitar a privatização da Previdência para os servidores públicos".

– Dissemos ao senador que não desconhecemos a necessidade de acabar com distorções, nem nos negamos a discutir serenamente a possibilidade de fazer mudanças, mas não podemos rasgar princípios nem deixar prosperar a tese de que o déficit dos cofres públicos seja causado pela aposentadoria do servidor – observou o desembargador.

Ainda conforme Camargo, Paim garantiu que os parlamentares não se furtarão ao debate dessas questões, e "mostrou-se sensível" aos argumentos apresentados. O desembargador afirmou que "manter a paridade de vencimentos e proventos não é privilégio e sim prerrogativa da magistratura", respaldada pelos princípios de irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade no cargo. Quanto aos demais servidores, observou, a paridade faria parte do estatuto da estabilidade.

– Quem contribui para a Previdência pela totalidade de seus ganhos tem todas as condições, comprovadas por cálculos atuariais, de manter a aposentadoria integral – enfatizou o desembargador.

O visitante disse que também convidou o senador para participar do 5º Congresso Nacional da Magistratura, que se realizará no Rio Grande do Sul.



João Paulo Cunha e Paulo Paim conversaram no gabinete da Presidência do Senado

Presidente em exercício do Senado recebe João Paulo e embaixadores

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem a visita do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Na ocasião, Paim assinalou o fato de que nesse dia as Presidências do Senado e da Câmara, e também a Presidência da República, com Luiz Inácio Lula da Silva, estavam ocupadas por integrantes de um mesmo partido – o PT.

– Este é um sinal concreto da mudança vivida pelo país – observou o senador.

Depois do encontro, realizado no gabinete da Presidência do Senado, os dois parlamentares deram entrevistas à imprensa. João Paulo disse que o caminho de tramitação das reformas ainda não está definido e que o mo-

mento atual, na Câmara e no Senado, é de discussões para tomada de posição futura.

Segundo o presidente da Câmara, um passo importante para os trabalhos parlamentares será a eleição dos integrantes das comissões, que deverá ocorrer nas duas Casas do Congresso a partir do dia 17.

EMBAIXADORES

Também ontem, o presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, recebeu visitas de cortesia de dois embaixadores.

A primeira visita foi de Marilyn Miles, embaixadora da Guiana, com quem Paulo Paim discutiu o combate à discriminação. Em seguida, o senador recebeu Mbulelo Rakwena, embaixador da África do Sul.

Ideli Salvatti inicia luta pelo fortalecimento do Mercosul

Na opinião da senadora, temas de interesse do mercado comum devem ser incluídos como prioridade na agenda do Congresso

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) vem dedicando os primeiros dias após a posse ao fortalecimento do Mercosul, uma das metas de sua campanha eleitoral no ano passado. Para atingir esse objetivo, ela já solicitou à liderança do PT no Senado que seja indicada para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Na opinião da senadora, o aprofundamento das relações entre os países do Mercosul é uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, Ideli acredita que estará dando apoio ao governo federal, outro ponto que faz parte da sua plataforma de atuação no Senado.

– Vou lutar para que o Mercosul seja uma prioridade também no Senado e no Congresso. A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul precisa ganhar uma posição de destaque no Parlamento – afirmou a senadora, que disse estar disposta a contribuir para a construção de um Parlamento do Mercosul.

CHILE

Já pensando nisso, Ideli informou que fez questão de participar da primeira viagem do então presidente eleito à Argentina e ao Chile. Nesses países, conforme revelou, ela fez contatos importantes, “que renderam resultados”, como o encontro que manteve com o embaixador do Chile no Brasil, Carlos Mena, na última quarta-feira.

Na embaixada, Ideli convidou



Gerardo Maggia

Uma das metas de Ideli Salvatti é a criação do Parlamento do bloco comercial

Mena a conhecer, em Santa Catarina, o sistema de criação de suínos, que podem ser exportados para suprir a demanda da indústria chilena. Ela trabalha ainda com a possibilidade de utilização de parcelas ociosas das cotas de exportação do Chile para a União Européia em alguns setores econômicos que possam beneficiar o Brasil e Santa Catarina.

– Poderemos manter tratativas no sentido de produtos brasileiros serem exportados para a União Européia na cota chilena. Vamos estudar o interesse dos dois países e a viabilidade técnica – afirmou a senadora, que receberá o embaixador chileno em Santa Catarina nos dias 13 e 14 de março.

Ideli também aproveitou sua primeira semana como senadora para reunir-se com o assessor especial do presidente Lula para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, quando trataram das iniciativas do governo com rela-

ção ao Mercosul.

– No meu mandato vou defender a aprovação dos projetos de interesse do governo. Também tenho uma vida sindical e parlamentar vinculada à educação e ao combate à discriminação à mulher, aos negros e outras chamadas “minorias”. Por fim, espero me dedicar às questões relacionadas ao meu estado – resumiu.

HELOÍSA HELENA

Quanto a uma possível censura pública do PT à senadora Heloísa Helena (AL), Ideli disse esperar uma solução negociada, pois, na sua opinião, “uma decisão de força causa mais prejuízos”.

A senadora catarinense concordou, porém, que há limites, mesmo dentro de um partido plural, que permite o debate, como é o PT. Para Ideli, o presidente do partido, José Genoíno, é uma pessoa paciente e capacitada para fazer as articulações necessárias. “Estou confiante de que iremos encontrar o melhor caminho”, comentou.

Heloísa fala com líderes e pede cautela ao governo

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) revelou que durante reunião realizada com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do seu partido na Casa, Tião Viana (PT-AC), pediu para que o governo tivesse um pouco mais de cautela com relação a questões polêmicas, como a independência do Banco Central e a reforma da Previdência. Ela informou que o encontro se deu em clima de respeito mútuo.

Nos últimos dias, a senadora e alguns parlamentares do PT vêm criticando a política econômica que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva está adotando nesse início de gestão. O deputado federal Babá (PT-PA) disse não confiar no ministro Antônio Pallocci, da Fazenda, “nem como médico”. Babá declarou ainda que entregar a presidência do Banco Central a Henrique Meirelles é o mesmo que deixar um vampiro tomando conta de um banco de sangue.

– Tenho certeza de que o deputado Babá usou uma força de expressão. Até lembrei a ele que o debate que estamos fazendo é o de mostrar nossa contrariedade com relação aos rumos da política econômica. Amanhã mesmo eu posso me consultar com ele (Antônio Pallocci). Como médico, não tem nenhum problema – afirmou Heloísa Helena. O importante, na avaliação da senadora, é que o partido estabeleça um debate qualificado, programático, de idéias



Roosevelt Pinheiro

Unidade partidária deve ser construída com debate e não pela força, disse Heloísa Helena

e ideologizado.

Heloísa acha que a unidade partidária não pode ser construída com o uso da força, mas pelo debate, pela utilização de argumentos, sem que um lado tente desqualificar o outro. Ela acrescentou que o momento é importante para o PT e defendeu o direito das tendências internas do partido manifestarem suas posições sobre o modelo de política econômica a ser implantado no Brasil.

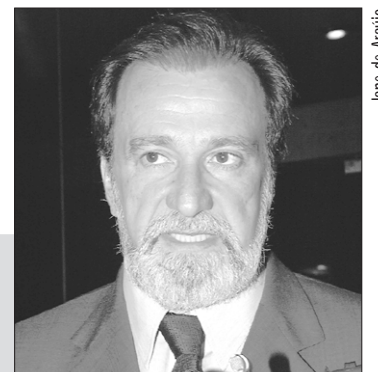
– Sou uma pessoa de coração tranquilo, quando me respeitam. Quem quiser me convencer, que o faça pelo argumento. Dessa forma eu fico uma doçura permanente. Agora, se quiser me convencer pela força, aí eu viro onça. Minha tranquilidade nesse momento é reflexo do debate qualificado, programático e respeitoso que tive com os líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante – explicou.

Osmar é contra subsídios para superar crise na Varig

O senador Osmar Dias (PDT-PR) concorda com a decisão do governo federal de esperar uma solução empresarial para a crise financeira da Varig, em vez de dar subsídios à empresa. O senador acredita que, caso seja concedido o auxílio, outros setores se sentiriam no direito de pedir o mesmo tratamento ao governo.

– Acredito que a crise que hoje atinge as empresas aéreas tem que ser debelada, porque a sociedade brasileira precisa evidentemente de um setor funcionando e funcionando bem. Mas subsidiar as empresas aéreas significa, no meu entendimento, a abertura de um precedente que não poderá ser suportado pelo governo – afirmou Osmar Dias.

Na opinião do senador, a even-



Jane de Araújo

Para Osmar Dias, a Agência Nacional de Aviação Civil pode evitar novas crises no setor

tual criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) poderia ajudar a evitar “que uma crise profunda como essa se abata novamente sobre o setor”. A proposta de criação da agência vem sendo examinada pelo governo.

Bloco quer eliminar barreiras alfandegárias

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) teve início com a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de integrar economicamente seus países membros. Bolívia e Chile são países associados e têm participado na qualidade de observa-

dores dos fóruns de negociação. Desde janeiro de 1995, os membros do bloco têm negociado a União Aduaneira, que prevê a eliminação dos obstáculos alfandegários e para-alfandegários ao comércio recíproco, e a adoção de tarifa de alfândega externa comum a terceiros países. Além disso, os integrantes do bloco têm adotado posições

conjuntas em fóruns e acordos internacionais.

De acordo com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o mercado integra uma população de 220 milhões de habitantes, movimentando PIB de US\$ 1,250 trilhão. As exportações do bloco somam US\$ 85 bilhões e as importações, US\$ 95 bilhões.